

**A DIREITA NA CENA POLÍTICA BRASILEIRA E O APELO NACIONALISTA:  
ingredientes da crise política.**

Ilse Gomes Silva,  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFMA  
Grupo de Estudos em Política, Lutas Sociais e Ideologias - GEPOLIS  
[ilse@terra.com.br](mailto:ilse@terra.com.br)

**Resumo:**

O objetivo da exposição é analisar a atual crise política brasileira e seus desdobramentos no regime democrático a partir das reflexões do projeto de pesquisa sobre a concepção de ideologia em Gramsci e Marx, desenvolvido no Grupo de Estudos em Política, Lutas Sociais e Ideologias - GEPOLIS. Embora essa crise tenha um escopo amplo de determinações, os agentes políticos envolvidos podem ser identificados a partir da filiação ideológica vinculados ao campo da esquerda e ao campo da direita. Nessa exposição nosso interesse é destacar a ação política da direita brasileira e a manipulação de símbolos nacionalistas para conquistar o apoio das massas à agenda conservadora. Nos últimos dois anos os setores da direita brasileira tem assumido na cena política a ofensiva e pressionado a população para assumir bandeiras claramente conservadoras, homofóbicas e autoritárias. Dirigem sua artilharia contra as conquistas das classes trabalhadoras e contra a presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores, eleita democraticamente, enquanto se vestem de verde e amarelo, empunham a bandeira brasileira e cantam o hino nacional. Nesse cenário de conservadorismo, a democracia se encontra ameaçada pela intolerância e práticas autoritárias, próprias da direita. Palavras chave: democracia, poder político, nacionalismo, direita.

**Abstract:**

The exhibition's objective is to analyze the current Brazilian political crisis and its consequences on democracy from the reflections of the research project on the concept of ideology in Gramsci and Marx, developed in the Group of Studies in Politics, Social Struggles, and Ideologies - GEPOLIS. Although this crisis has a broad scope determinations, involved political actors can be identified from the ideological affiliation linked to left field and right field. In this exhibition our interest is to highlight the political action of the Brazilian right and manipulation of nationalist symbols to win the support of the masses to the conservative agenda. In the last two years, the sectors of the Brazilian right has taken on the political scene the offensive and pushed the population to take clearly conservative flags, homophobic and authoritarian. Direct their artillery against the achievements of the working class and against the president Dilma Rousseff of the Workers Party, democratically elected, while dress in green and yellow, draw the Brazilian flag and sing the national anthem. In this conservative scenario, democracy is threatened by intolerance and authoritarian practices, own from the right.

Key words: democracy, political power, nationalism, right.

## Introdução

Desde 2013, as ruas de diversas cidades brasileiras foram tomadas por grandes manifestações com uma multidão de pessoas de diversas matrizes ideológicas, faixa etária e estratos sociais que apresentaram uma pauta de reivindicação heterogênea aos governos das esferas federal, estadual e municipal. Quando surgiram em São Paulo, a partir da mobilização contra o aumento da tarifa dos transportes públicos e convocadas pelo Movimento pelo Passe Livre (MPL), surpreenderam os tradicionais partidos políticos e movimentos sociais, principalmente pela inovação no uso das redes sociais como instrumento de mobilização e pelo vigor e disposição das pessoas em participarem desses atos de protestos.

Dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE<sup>1</sup> indicaram que as principais motivações para a participação nas manifestações de junho de 2013, em ordem de importância, foram as insatisfações com o ambiente, principalmente a corrupção, as péssimas condições e as tarifas altas do transporte público, a falta de investimento em saúde e educação, os altos gastos com a estrutura da copa do mundo e contra a Proposta de Emenda Constitucional número 37 - PEC 37<sup>2</sup>.

O grande número de participantes nessas manifestações competiu com o aparato policial utilizado para reprimi-las. A violência policial, somada a posição da grande mídia em criminalizar os participantes, identificando-os como vândalos e baderneiros foi tão grande que provocou uma indignação nacional que segundo dados do IBOPE, 57% consideraram que a polícia agiu com violência exagerada e denunciavam a violência contra os moradores da periferia.

Essas manifestações, embora tenham sido provocadas pela luta pelo Passe Livre, tomaram direções diversas e foram disputadas ideologicamente pelos setores à esquerda e à

---

<sup>1</sup> Pesquisa do IBOPE encomendada pela Rede Globo e divulgada no G1.globo.com em 24/06/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. [Acesso em 15/10/2014].

<sup>2</sup> Os manifestantes de junho de 2013 reivindicavam o arquivamento da PEC 37. A PEC 37 foi apresentada ao Congresso Nacional pelo deputado Lourival Mendes do PT do B/MA e propunha a inclusão de um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal que teria a seguinte redação: "A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente". Em termos políticos significava retirar poder de investigação do Ministério Público e abrir caminho para a impunidade. A PEC 37 foi rejeitada em votação pelo plenário da Câmara dos Deputados em 25 de junho de 2013.

direita da política brasileira. Logo no início, vários autores<sup>3</sup> chamaram a atenção para a forte presença da direita nas manifestações de junho de 2013, que apoiados pela grande mídia, tentaram definir a pauta das reivindicações em torno da corrupção e do anti-partidarismo e na violência contra as entidades e representantes tradicionalmente identificados com o histórico movimento da classe trabalhadora. A direita organizou sua ofensiva contra o movimento de esquerda, inclusive contra o Movimento Passe Livre – MPL que iniciou os protestos, e cunhou o slogan “o gigante acordou” e ao som do Hino Nacional entoava suas bandeiras fascistas como “chega de corrupção, intervenção militar já”, “o ato é do povo brasileiro e não dos partidos” enquanto agredia manifestantes que portavam bandeiras do seus partidos e cerceava o direito à liberdade de expressão.

A presença da direita no cenário político brasileiro não é novidade. Na formação sócio-histórica do Brasil essa presença tem sido forte e esteve presente em todos os governos ao longo da nossa vida republicana. Entretanto o que nos chama atenção no contexto atual de regime democrático é sua ação ofensiva e ousada, confiante de sua força e capacidade de conquistar o apoio da população para temas conservadores e autoritários.

Nesse artigo pretendo voltar minha atenção para o avanço dos setores de direita na cena política brasileira e a utilização dos símbolos nacionais como a bandeira, o hino nacional e a camisa da seleção de futebol como instrumentos que estão embalando a agenda conservadora empunhada por esses setores nas ruas de diversas cidades brasileiras. As contribuições de Gramsci são fundamentais para a compreensão dos processos ideológicos que figuram como elementos constitutivos da hegemonia engendrados na prática política da classe dominante.

### **Nacionalismo e conservadorismo nas manifestações da direita brasileira**

Gramsci, em seus estudos sobre o processo de dominação política da classe dominante, nos apresentou as forças que constituem a construção da hegemonia a partir da distinção entre estrutura e superestrutura e sua expressão e particularidades em formações sociais do Ocidente e do Oriente. As características que assumem a relação Estado/sociedade

---

<sup>3</sup> Dentre esses autores destaco: FIGUEIREDO, OLIVEIRA, SOUZA, SCHINCARIOL. (2013), ALMEIDA (2014), RIDENTE (2013).

civil em determinada formação social de tipo Ocidental ou Oriental são determinantes para o processo de conquista do poder político.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional (GRAMSCI, 1991:75).

Nas sociedades de tipo ocidental a sociedade civil, enquanto espaço em que estão presentes as diversas organizações que elaboram e divulgam as ideologias, se encontra mais desenvolvida, apresenta uma “estrutura muito complexa e resistente às irrupções catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc)” (GRAMSCI, 1991:73). É nessa esfera que estão presentes os aparelhos privados de hegemonia que atuam principalmente pelo princípio da ideologia e são responsáveis pelo consentimento ativo e pela coerção, através do qual a classe dominante exerce seu poder. Gramsci, na opinião de Eagleton,

efetua a transição crucial da ideologia como ‘sistema de ideias’ para ideologia com prática social vivida, habitual – que, então deve presumivelmente abranger as dimensões inconscientes, inarticuladas da experiência social, além do funcionamento de instituições formais ( EAGLETON, 1997: 197).

Gramsci entende a ideologia como concepção de mundo, “que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1995:16)

Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. (...) as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem forças materiais. (GRAMSCI, 1995: 62/3)

Essas contribuições de Gramsci são importantes para compreender a crise política e a crise de governo que o Brasil mergulhou após as eleições de 2014, com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, orquestrado pelos setores de direita no plano da sociedade civil e no Congresso Nacional e pela grande mídia, tendo como coadjuvante o poder judiciário. Embora a crise política e de governo seja decorrente de múltiplos fatores e se expresse em várias dimensões, meu interesse nesse artigo é apontar o viés nacionalista que alimenta as manifestações dos setores de direita desde 2013 e o seu interesse de submeter às massas populares a sua concepção de mundo e conquistar o apoio popular para o ideário conservador de modo a manter a sua hegemonia ético-política e econômica, uma vez que “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral.’ (GRAMSCI, 2002: 62)

A presença da direita no cenário da política brasileira historicamente tem sido forte e hegemônica e ao longo dos anos tem conseguido se adaptar aos diversos regimes pelo qual tem passado o Estado brasileiro e se mantido influente no interior dos aparelhos de Estado, exercitando sua prática autoritária e patrimonialista. No entanto, desde o processo de redemocratização, com a formação da Nova República, essa direita se transvestiu de democrata, se recolheu das ruas e escondeu sua orientação ideológica ao não se assumir abertamente como direita. Entretanto, a partir das Manifestações de Junho 2013, essa direita reapareceu nas ruas, tirou a máscara da democracia e partiu para a ofensiva. Se destacou ao organizar grandes manifestações contra o governo e contra as políticas de combate a pobreza, contra os direitos humanos de negros, homossexuais e mulheres, contra os movimentos sociais e representantes de esquerda. A ênfase dessas manifestações, além da pauta conservadora e autoritária, foi o apelo nacionalista através do qual buscou se legitimar como representante de um ideário de nação brasileira.

Nacionalismo e conservadorismo na maioria das vezes estão de mãos dadas nos processos políticos. Para Hobsbawm (2002) o nacionalismo é o princípio que garante a unidade política e nacional estabelecendo um dever político para com a nação superior a qualquer outra obrigação pública. Entretanto, o nacionalismo apresenta uma determinação de classe, sendo apropriado de modo diferenciado pelas classes sociais. Portanto, cada classe se insere e se apropria de modo diferenciado no processo de constituição da nação e dos respectivos símbolos que a representa. (ALMEIDA, 2014)

No Brasil, a formação do Estado nação ocorreu sob bases excludentes em que a participação do índio e do negro não foi integrada na representação dos símbolos nacionais. A defesa da nação, expressa nos movimentos nacionalistas, ao longo da história política brasileira tem um caráter estruturalmente de direita e de combate as bandeiras emancipatórias dos movimentos das classes trabalhadoras.

A formação do Estado brasileiro teve como traço característico a presença das oligarquias agrárias nos centros do poder que em aliança com a nascente burguesia garantiu que o processo de modernização do aparelho de Estado se submetesse aos seus interesses e ao seu controle. Com o desenvolvimento da economia essa oligarquia se modernizou economicamente sem abandonar suas práticas conservadoras, de modo que o barão do café se transformou no homem de negócio no plano econômico e no coronel no plano político. (FERNANDES, 1975)

A estrutura de dominação conservadora foi aproveitada pela burguesia, mantendo os instrumentos de controle das classes trabalhadoras para garantir que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas não encontrasse obstáculos oriundos da organização política da classe trabalhadora. Em seu nascedouro, o Estado brasileiro se constrói impondo limites a liberdade e naturalizando a desigualdade social de acordo com os anseios da tradição escravista.

Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes). (...) Entre as elites das classes dominantes havia um acordo tácito quanto à necessidade de manter e de reforçar o caráter autocrático da dominação burguesa, ainda que isso parecesse ferir a filosofia da livre empresa, as bases legais da ordem e os mecanismos do Estado representativo. (FERNANDES, 1975: 207)

Essas características da formação do Estado brasileiro são fundamentais para a compreensão dos momentos em que a classe dominante optou pelo regime ditatorial para exercer o seu poder, a exemplo do Estado Novo (1937-45) e a Ditadura Civil-Militar (1964-85) e dos limites impostos ao regime democrático no Brasil. Entretanto, Saes (2001) chama atenção para a necessidade de fazer as devidas distinções do comportamento político das diversas frações da classe dominante e respectivas disputas internas pelo controle do aparelho estatal a cada período de democratização. O autor escreve que “nas democracias capitalistas,

as crises de hegemonia no seio do bloco no poder abrem o caminho – na medida em que culminam num processo de redefinição dessa hegemonia – para a revogação das instituições políticas democráticas” (SAES, 2001: 124).

Os momentos de maior presença de movimentos e de políticas de caráter nacionalista corresponderam aos períodos de regimes autoritários a exemplo do período Vargas e da ditadura civil militar na década de 1960. Esses movimentos atuaram em diversas frentes e utilizaram as manifestações de rua como importante momento de conquista do imaginário popular e de visibilidade para a sua pauta política. Os movimentos mais expressivos foram o Integralismo, na década de 1930 de conteúdo fascista e, na década de 1960 se destaca a Marcha com Deus e pela Liberdade que deu apoio popular ao golpe civil militar de 1964.

Esses movimentos de cunho nacionalista e autoritário apresentam maior visibilidade nos períodos de forte atuação política da classe trabalhadora em que há uma polarização de projetos societários para o Brasil. Embora tenham surgido em distintos momentos da política brasileira, esses movimentos apresentam como ponto de unidade a natureza autoritária, fascista e o fato de dirigirem seu ódio aos militantes comunistas e combaterem as bandeiras de igualdade étnica e de gênero, assim como as entidades políticas dos trabalhadores urbanos e rurais. Se apoiavam na defesa de um projeto de nação excludente e de um “Estado forte, dotado dos meios adequados para integrar o conjunto dos cidadãos na comunidade nacional e enfrentar, assim, os agentes corrosivos, internos e externos, que ameaçavam a nacionalidade, impedindo sua marcha rumo à plena emancipação. (ALMEIDA, 2014: 125)

A partir de 2002, com as eleições de Lula e Dilma Rousseff à presidência da república, o Partido dos Trabalhadores assume a direção do executivo federal e desenvolve políticas, que apesar de tímidas, colocaram no cenário nacional setores historicamente excluídos da representação no ideário de Estado-nação brasileiro. Entretanto, apesar dos governos do PT implementarem políticas de interesse do setor dominante, esse setor não aceitou o fato de ter perdido o controle do executivo federal e se sentiu ameaçado pela força ideológica que ter um operário e um partidos dos trabalhadores a frente do governo é capaz de provocar no processo de organização das classes subalternas. O interesse da classe dominante era retomar o mais rápido possível o controle do executivo federal. De acordo com Gramsci:

A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal preparado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia, com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas. Talvez

faça sacrifícios, exponha-se a um futuro sombrio com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e serve-se dele para esmagar o adversário e desbaratar os seus dirigentes, que não podem ser muitos e adequadamente preparados. (GRAMSCI, 1991: 55).

Nas eleições de 2014 a questão nacional expressa pela divisão entre o norte/nordeste contra o sudeste/sul reapareceu na campanha eleitoral e nas avaliações sobre o resultado eleitoral. Os setores de oposição e de direita, amplificado pela grande mídia, cunharam o discurso discriminatório contra o norte/nordeste ao responsabilizarem estas regiões pela vitória de Dilma Rousseff à presidência da república, por conta do número de beneficiados pelo Programa Bolsa Família.

Essa foi a senha para que os setores de direita identificassem a cor vermelha presente na bandeira do PT e símbolo da esquerda, como o alvo a ser atingido e armados com o Hino Nacional, a camisa da seleção brasileira e cassetetes agredissem todos que usassem a cor vermelha, mesmo que fosse uma criança ou um religioso<sup>4</sup>, demonstrando o significado de “verás que um filho teu não foge à luta”. Imediatamente “o gigante acordou” e se definiu em nome da defesa da Pátria brasileira quem seria brasileiro e quem deveria ser expulso do Brasil a exemplo dos cartazes que diziam “vai pra Cuba” ou “nossa bandeira nunca será vermelha”.

A propaganda da direita em defesa da pátria e contra o “inimigo comunista” constrói realidades que beiram ao surrealismo. Orquestram uma conspiração comunista na América Latina para criar um grande “Estado Comunista” a partir do processo de integração latina americana. Divulgam notícias sem vínculo com a realidade criando uma onda de terror contra os supostos “traidores da Pátria” a ponto de apontarem inclusive o fim da comemoração do Natal e a “invasão” do Brasil por todos os sul-americanos, identificando-os como criminosos.

Os manifestantes de verde e amarelo que têm estado nas ruas apoiando o impeachment da Presidente Dilma Rousseff se arvoram de representar os legítimos brasileiros e não aceitaram o resultado eleitoral de 2014, que segundo seus argumentos foi obtido com a votação dos eleitores do Nordeste, vinculados ao programa Bolsa Família. Para esses manifestantes, que segundo pesquisas são de maioria branca e de classe média alta, o “nós” representa seus interesses particulares universalizados, conforme escrevia Marx, no 18 Brumário, ao afirmar que a república burguesa é indispensável ao processo de dominação

---

<sup>4</sup> Diretora de escola pública, em Brasília, é ameaçada porque orientou os alunos a vestirem blusas vermelhas em uma campanha contra a dengue. Disponível em <http://antigo.brasildefato.com.br/node/34837> . Acesso em 27/06/2016.



burguesa porque essa forma política permite transformar os interesses particulares da classe burguesa em interesses gerais, de modo a submeter as outras frações de classes e demais classes sociais aos seus interesses econômicos e políticos. (MARX, 2008)

A classe dominante não aceita dividir os espaços considerados privativos de sua classe com indivíduos de origem popular como os aeroportos e as universidades. Reafirma a sua diferença e a posição contrária a igualdade social e não aceita diminuir seus privilégios e respeitar os direitos dos trabalhadores, principalmente dos empregados domésticos que viviam em situação de semi-escravidão.

Essa prática racista, xenófoba e agressiva foi destacada por Pierucci ao estudar a Nova Direita logo após a redemocratização. De acordo com as duas palavras ainda atuais:

Quando o tradicionalismo e o convencionalismo se mesclam de xenofobia e agressividade excludente (de *racismo*, para dizer numa palavra), não há como não ver nesse engendrar de mentalidade aquilo que Gramsci chamou de *fenomeni morbosi*. Em outras palavras, quando, diante das agressões ao mesmo tempo difusas e brutais que sofre seu estoque cultural, diante das ameaças de destruição de seu mundo, eles passam a procurar, nas camadas que lhes estão mais próximas no trabalho ou são seus *novos* vizinhos no bairro, os bodes expiatórios em cima dos quais despejar ódios e ressentimentos, é legítimo temer pela destrutividade contida nessa ânsia de conservação das convenções e aparências: as cruzadas morais envenenam os próprios valores que buscam defender, pois ao discurso da defesa se alterna seguidamente e se mistura o discurso da frustração, da impotência, da ambigüidade proveniente da cumplicidade com os mecanismos estruturais diluidores dos velhos valores que se quer preservar. (PIERUCCI, 1987: 05)

A arrogância da classe dominante em escrever cartazes para as manifestações em inglês e francês a denuncia e escancara as feições racistas de sua concepção de nação expressadas no ódio aos nordestinos, aos assalariados precarizados e ao presidente Lula, por sua origem operária.

O apelo nacionalista tem sido embalado pelos setores de direita e da extrema-direita em todo o mundo. A luz vermelha está acesa para os perigos embutidos nessa nova onda de crescimento mundial das propostas racistas e xenófobas que avançam em todos os países e que ameaçam as democracias, inclusive as mais antigas, como o que ocorreu com o plebiscito

que aprovou a saída do Reino Unido da União Europeia<sup>5</sup>. A crise do capital acirrou processos de crise política nos diversos países, principalmente naqueles de economia mais frágil, e a pressão provocada pelos refugiados dos países em situação de guerra civil serviu de fermento para o crescimento desses movimentos. A extrema-direita adotou o nacionalismo e consequentemente o ódio a quem se apresenta como ameaça aos seus propósitos políticos e econômicos.

No Brasil, o governo, interino e ilegítimo, de Michel Temer tem claramente feições fascistas e de alinhamento com os setores mais conservadores no âmbito nacional e internacional. Seu programa de governo – “uma ponte para o futuro<sup>6</sup>”, sua logomarca – a bandeira brasileira e os slogans “ordem e progresso” e “não pense em crise, trabalhe”, dão a dimensão ajustadora da hegemonia do pensamento da extrema direita no governo federal e dos retrocessos que os direitos sociais e políticos estão submetidos. Desde que Temer chegou ao governo, depois do afastamento em bases golpistas da Presidenta Dilma, tem crescido o número de casos de violência contra lideranças de movimentos sociais urbanos e rurais, assassinatos de indígenas e trabalhadores rurais nos conflitos de terras, ataque a imigrantes, principalmente haitianos.

Os projetos que estão em tramitação no Congresso Nacional têm provocado uma série de denúncias e repúdios<sup>7</sup> porque interferem na autonomia do professor em sala de aula ao criminalizar o debate crítico; estabelece o avanço do agronegócio e dos grandes projetos sobre as terras indígenas e quilombolas ao transferir para o Congresso o poder de demarcação de terras; ao desconhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente ao defender a redução da maioria penal; ao incentivar a violência ao propor a revogação do Estatuto do Desarmamento. No plano dos direitos dos trabalhadores<sup>8</sup> a situação também é muito grave

---

<sup>5</sup>A União Europeia ameaça ruir e o nacionalismo está de volta. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-Uniao-Europeia-ameaca-ruir-e-o-nacionalismo-esta-de-volta-isso-e-ruim-para-a-esquerda-/6/36340>. Acesso em 27/06/2016

<sup>6</sup>Uma ponte para o futuro. Disponível em: [http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER\\_A4-28.10.15-Online.pdf](http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf). Acesso em 27/06/2016

<sup>7</sup>Nota da CNBB sobre os projetos em tramitação no Congresso. Disponível em: <http://caritas.org.br/nota-da-cnbb-sobre-projetos-em-tramitacao-no-congresso/33765>. Acesso em 27/06/2016

O Massacre de Indígenas no Mato Grosso é também um massacre midiático. Disponível em: <http://outraspalavras.net/alceucastilho/2016/06/15/massacre-de-indigenas-no-ms-e-tambem-um-massacre-midiatico/>. Acesso em 27/06/2016

Carta de Denúncia do CIMI contra o massacre dos índio em Mato Grosso. Disponível em: [http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=8772&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8772&action=read). Acesso em 27/06/2016

<sup>8</sup>O Impeachment e golpe contra o trabalhador. Disponível em: <http://www.cut.org.br/acao/impeachment-e-golpe-contra-o-trabalhador-7a29/?f=3471cebd97b0690ef45e4fd5426019b7#down>. Acesso em 27/06/2016

considerando que os projetos em tramitação precarizam as condições de trabalho, atingem a estabilidade, fragilizam os trabalhadores no processo de negociação de valorização da força de trabalho e não apresentam nenhuma perspectiva de valorização salarial.

No plano das Relações Exteriores, a política do governo Temer é de submissão aos interesses dos Estados Unidos e de acabar com a tentativa de construção de uma América Latina independente ao expor seu interesse em não investir na consolidação do Mercosul, com a desculpa de não se sentar ao lado da Venezuela. A intenção do governo, nas palavras do Ministro das Relações Exteriores, José Serra, é permitir que “a diplomacia voltará a refletir os valores da sociedade brasileira, e estará a serviço do Brasil e não das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e seus aliados no exterior”.( NEPOMUCENO, 2016) As notícias do mês de junho informaram que o Brasil suspendeu as negociações para o recebimento de refugiados sírios, não se candidatou à reeleição no Conselho de Direitos Humanos e fechou embaixadas na África.

Fica evidente que em tempos de crise econômica a questão nacional se apresenta da forma mais conservadora provocando a esquerda que tão pouco tem tematizado essa questão, desde os tempos de Marx, e deixa a hegemonia do discurso nacionalista para a direita.

Atualmente, combater esses retrocessos é o grande desafio colocado para a classe trabalhadora e sua representação política. Construir o Estado-nação brasileiro independente e com soberania, ancorado em princípios internacionalistas e em bases igualitárias e representativas de todos os seguimentos étnicos e culturais que o constroem, deve ser o compromisso de todos que lutam por uma sociedade justa com a garantia de acesso aos direitos sociais e políticos.

### **Bibliografia citada**

ALMEIDA, Lucio Flávio Rodrigues de. Ideologia nacional e nacionalismo. 2ª. Ed. São Paulo: EDUC, 2014.

EAGLETON, Terry. Ideologia. São Paulo: Boitempo, 1997.

FERNANDES, Florestan. Revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V. 05. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. IN: *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NEPOMUCENO, Eric. O Mercosul é o alvo de José Serra. Carta Maior 2016. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Mercosul-e-o-alvo-de-Jose-Serra/4/36169>. Acesso em 27/06/2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 19, dez. 1987

SAES, Décio. *República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, (2001).